

Brasília, 19 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026 | Propriedade Industrial

Cármen Lúcia reconhece que regra sobre patente estrangeira de remédio perdeu efe... .. 3

Migalhas

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

O combate eficaz ao plágio e à pirataria digital 5

MSN Notícias

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

PL 5810/2025 mira atraso em patentes e destrava a inovação 9

Correio Braziliense - Online

Sábado, 14 de fevereiro de 2026 | Patentes

Quebra de patentes das canetas emagrecedoras provoca polêmica 12

Folha.com

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026 | Direitos Autorais

Tom Cruise surge em vídeos de IA, que provocam debates novos sobre direitos au... .. 15

Veja.com

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026 | Direitos Autorais

Hollywood acusa empresa do TikTok de uso não autorizado de obras protegidas 16

Congresso em Foco

Sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Câmara criará comissão para investigar cadeia bilionária da pirataria 17

Cármen Lúcia reconhece que regra sobre patente estrangeira de remédio perdeu efeito



Para a magistrada, o prazo máximo concedido pela Lei de **Propriedade Industrial** para mercadorias do tipo venceu em 2017

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira (13/2) para reconhecer que a regra que garantia o registro de patentes estrangeiras de remédios e produtos químico-farmacêuticos no Brasil já perdeu seus efeitos.

O caso trata das chamadas "patentes pipeline", ou patentes de importação ou de revalidação. É um mecanismo para assegurar a proteção no país de produtos já patenteados no exterior.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

Para a magistrada, o prazo máximo concedido pela Lei de **Propriedade Industrial** (9.279/1996) para mercadorias do tipo venceu em 2017. Assim, a ação da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a proteção a essas patentes estrangeiras está prejudicada.

A ação foi ajuizada na Corte em 2009 e ficou pendente de julgamento por quase 17 anos, até ser levada a análise em sessão virtual do plenário que começou nesta sexta-feira (13/2) e termina em 24 de fevereiro.

A discussão gira em torno de uma proteção a patentes estrangeiras de determinados produtos adotada pela legislação brasileira em 1996. Até então, o Brasil proibia a concessão de patente a produtos in-

seridos nas atividades alimentícia, químico-farmacêutica e de produção de medicamentos.

As empresas podiam patentear suas invenções em diversos países, mas, no Brasil, esses bens eram tidos como de domínio público. O objetivo era proteger o desenvolvimento da indústria nacional, diante do maior poderio industrial estrangeiro.

A Lei de **Propriedade Industrial**, de 1996, acabou com essa blindagem, e buscou uma espécie de conciliação de interesses: por um prazo de 1 ano após a entrada em vigor da lei, seria possível requisitar o registro e a proteção no Brasil de patentes ainda válidas no país de origem do produto.

A proteção garantida no Brasil valeria até o fim do prazo de proteção remanescente no país de origem. Tal proteção, no entanto, estaria limitada a 20 anos, que é o prazo máximo concedido pela Lei de **Propriedade Industrial** brasileira.

Assim, dado que o pedido de validação da patente estrangeira poderia ser feito no Brasil até 1997 (um ano da entrada em vigor da lei) e que o máximo de proteção possível seria 20 anos, os efeitos puderam ser usufruídos até 2017.

Conforme a ministra Cármen Lúcia, "considerando-se a eficácia transitória das normas impugnadas, tem-se que a presente ação direta de inconstitucionalidade está prejudicada".

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

A magistrada citou que ainda podem restar "pendências" relativas a controvérsias sobre os "efeitos concretos jurídico-financeiros de processos de concessão de patentes pipeline", mas que as demandas particulares sobre esse tema não entrariam na competência de análise por meio de ação julgada.

"Considerando, portanto, os prazos de vigência das normas questionadas e o exaurimento da eficácia pelo decurso do tempo, revela-se inviável o exame da compatibilidade da norma com a Constituição da República em controle abstrato de constitucionalidade".

Continuação: Cármen Lúcia reconhece que regra sobre patente estrangeira de remédio perdeu efeito

dade", afirmou.

A discussão é feita na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4234.

O combate eficaz ao plágio e à pirataria digital



O artigo analisa plágio, pirataria digital e concorrência desleal, explicando diferenças, bases legais e estratégias administrativas e judiciais.

O combate eficaz ao plágio e à pirataria digital Izabella Vasconcellos Santos Paz O artigo analisa plágio, pirataria digital e concorrência desleal, explicando diferenças, bases legais e estratégias administrativas e judiciais. sexta-feira, 13 de fevereiro de 2026

Atualizado às 09:19

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

No cenário digital contemporâneo, a facilidade de acesso à informação e a reprodução de conteúdo têm, lamentavelmente, impulsionado o crescimento de práticas ilícitas como o plágio e a pirataria digital. Para criadores de conteúdo, empresas e profissionais, proteger sua **propriedade intelectual** tornou-se uma batalha constante. Este artigo visa desmistificar esses conceitos, apresentar as estratégias legais para combatê-los e elucidar como a legislação brasileira oferece ferramentas robustas para a defesa dos direitos autorais e da **propriedade industrial**.

Plágio vs. pirataria digital: Entendendo as diferenças

Embora frequentemente usados como sinônimos, plágio e pirataria digital possuem distinções cruciais

sob o prisma legal:

Plágio: Ocorre quando uma obra intelectual (texto, imagem, criação original) é copiada, no todo ou em parte, sem autorização e sem a devida menção ao autor original, com a falsa sugestão de autoria própria. Constitui uma violação dos direitos morais do autor (art. 24, lei 9.610/98 - LDA), que são irrenunciáveis e inalienáveis, e uma violação ética e jurídica.

Exemplo prático: Copiar trechos de um curso online de outro profissional e publicá-los como se fossem de sua autoria, sem dar créditos, mesmo sem fins lucrativos.

Base legal: Art. 5º, XXVII da CF/88; art. 24 e 29 da LDA; art. 186 e 927 do CC (responsabilidade civil por ato ilícito).

Pirataria digital: Refere-se à reprodução ou uso de obras protegidas com o objetivo de obter lucro direto ou indireto, geralmente em escala comercial, ainda que sem falsamente assumir a autoria. Infringe os direitos patrimoniais do autor (art. 29, LDA) e pode configurar crime (art. 184 do CP).

Exemplo prático: Vender um curso online inteiro em grupos de Telegram ou e-books e videoaulas protegidas por direito autoral em marketplaces sem autorização.

Base legal: Art. 104 da LDA (responsabilidade solidária de quem vende ou expõe à venda); art. 184 do CP; art. 195 da lei 9.279/96 (LPI), que trata de concorrência desleal e aproveitamento parasitário.

A concorrência desleal no ambiente digital

Um fenômeno comum e prejudicial no meio digital é a concorrência desleal. Ela se manifesta quando um agente se beneficia indevidamente da reputação, marca, estratégia, produto ou serviço de outro, gerando confusão no mercado ou desviando clientela.

Exemplos de concorrência desleal:

Lançar um curso com nome, layout, trilha de aulas e promessas de entrega muito semelhantes a um produto já existente.

Copiar bio, destaques e modelos de conteúdo em redes sociais.

Vender materiais (apostilas, PDFs, e-books) de terceiros em marketplaces, utilizando descrições que induzem o consumidor a erro.

Criar "clones digitais" replicando perfis ou vendendo o mesmo produto sem autorização.

Para acionar a concorrência desleal, é importante verificar se há cópia de nome/slogan/identidade visual, confusão no mercado, perda de clientes/reputação, cópia de conteúdo com marketing similar e, idealmente, provas do uso indevido por ex-parceiros, colaboradores ou alunos. Se houver dois ou mais itens confirmados, a tese de concorrência desleal deve ser incluída na notificação ou petição inicial.

Estratégias de combate: Do administrativo ao judicial

Diante de um ato ilícito, a primeira etapa é avaliar o interesse do cliente: busca-se apenas a remoção do conteúdo ou também uma indenização?

Preservação de provas: Fundamental para qualquer ação futura, seja administrativa ou judicial.

Medidas administrativas via plataformas: Muitas plataformas oferecem programas de proteção à **propriedade intelectual**, como o "Brand Protection Program" do Mercado Livre ou o "Brand IP Portal" da Shopee. Utilizar esses canais é um passo inicial importante para a remoção do conteúdo.

A notificação extrajudicial: Um passo crucial

Se as medidas administrativas diretas não forem suficientes, a notificação extrajudicial é um instrumento poderoso. Ela deve ser endereçada tanto ao infrator quanto à plataforma (se aplicável) e precisa ser bem estruturada:

Ciência inequívoca: Informar claramente ao infrator sobre a violação (art. 19, § 1º do MCI - Marco Civil da Internet).

Abertura para diálogo: Buscar uma resolução amigável antes de escalar para o Judiciário.

Responsabilização da plataforma: Em casos de omissão, a plataforma pode ser responsabilizada solidariamente.

Detalhes da violação: Descrever a infração de forma clara e precisa.

Apresentação de provas: Anexar evidências robustas da violação.

Prazo: Estabelecer um prazo razoável para resposta ou remoção do conteúdo.

Bases : Citar as leis e artigos pertinentes que sustentam a reivindicação.

Definir a ação desejada: Indicar claramente se o objetivo é a remoção, pagamento de indenização, ou ambos.

Envio formal: Garantir que a notificação seja enviada de forma a comprovar o recebimento.

Ação judicial: Quando o extrajudicial não resolve

Quando todas as tentativas extrajudiciais se mostram infrutíferas, a via judicial torna-se imperativa. As teses jurídicas para ações sobre violação de direitos autorais e de **propriedade industrial** no ambiente digital devem ser estruturadas com base nos seguintes dispositivos legais:

LDA - Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98):

Art. 7º, I e II: Protege textos, imagens e criações originais.

Art. 28: Confere ao autor o direito exclusivo de utilização.

Art. 29, incisos I e II: Regula a reprodução e publicação.

Art. 104: Responsabiliza solidariamente quem expõe ou distribui conteúdo pirateado.

CC:

Art. 186 e 187: Ato ilícito por ação ou omissão.

Art. 927: Obrigação de reparar o dano.

Art. 944: Indenização proporcional à extensão do dano.

MCI - Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14):

Art. 19, § 1º: Responsabiliza provedores de aplicações que, após notificação formal, não removem o conteúdo ilícito. Isso se aplica à responsabilização de plataformas como o Mercado Livre, caso permaneçam inertes.

LPI - Lei da **Propriedade Industrial** (Lei 9.279/96):

Art. 129 e 130: Direito exclusivo do titular da marca.

Art. 195: Configura concorrência desleal e aproveitamento parasitário.

Art. 210: Estabelece critérios para cálculo de danos materiais.

CDC - Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º, inciso VIII: Permite a inversão do ônus da prova, aplicável quando o consumidor/autor demonstra hipossuficiência ou verossimilhança nas alegações.

Teses jurídicas concretas para ação judicial

Para uma ação judicial eficaz, é essencial fundamentar os pedidos em bases sólidas:

Uso indevido de imagem, marca e conteúdo autoral:

Apresentar provas de que o infrator utilizou fotografias ou marca registrada do autor em anúncios próprios, gerando concorrência desleal, desvio de clientela e risco de confusão no mercado.

Notificação extrajudicial e ciência inequívoca:

Demonstrar que as partes infradoras foram devidamente notificadas e, mesmo assim, o conteúdo ilícito não foi removido. Isso preenche o requisito do art. 19, § 1º do MCI, transferindo a responsabilidade solidária à plataforma. A fundamentação pode ser reforçada pelos próprios termos de uso da plataforma.

Omissão das plataformas:

A recusa ou omissão injustificada de provedores após a notificação extrajudicial enseja responsabilidade civil objetiva, evidenciando conduta dolosa ou culposa e violação do princípio da boa-fé objetiva. O STJ tem pacificado o entendimento de que a responsabilidade solidária da plataforma de e-commerce surge com a simples notificação extrajudicial inequívoca do titular do direito violado, dispensando ordem judicial para remoção.

Pedidos em ações de combate ao plágio e à pirataria

Uma ação judicial com pedidos de obrigação de fazer e indenização por danos morais e materiais, com pedido de tutela antecipada, geralmente incluirá:

Tutela antecipada de urgência: Para determinar a remoção imediata dos anúncios e conteúdos ilícitos, a suspensão temporária da conta do infrator e a fixação de multa cominatória diária em caso de descumprimento. Os requisitos são a probabilidade do direito (titularidade, uso indevido, ciência dos réus, continuidade da prática) e o perigo de dano irrepara-

rável.

Condenação solidária por obrigação de fazer: Remoção definitiva dos conteúdos ilícitos e abstenção de veicular novos anúncios sem autorização.

Condenação solidária por danos morais: A violação de direito de imagem, marca e conteúdo autoral,

que afeta a esfera imaterial do titular, configura dano moral presumido (*in re ipsa*), conforme art. 927 do CC. A omissão das plataformas, mesmo cientes, e a continuidade da ilegalidade intensificam esse dano.

Condenação solidária por danos materiais (lucros cessantes): A conduta desleal e o uso indevido da marca e imagens da autora, que induzem o consumidor a erro e desviam clientela, geram perda de receita. O cálculo dos lucros cessantes é feito pelo critério mais favorável ao prejudicado (art. 210 da LPI), podendo considerar os benefícios que o prejudicado teria auferido, os benefícios do infrator, ou o valor que seria pago por uma licença.

Conclusão

O ambiente digital, embora ofereça vastas oportunidades, exige vigilância e ação estratégica para a proteção da **propriedade intelectual**. Compreender as diferenças entre plágio e pirataria, utilizar as ferramentas administrativas disponíveis e, quando necessário, recorrer à via judicial com teses bem fundamentadas são passos essenciais para combater essas práticas. A jurisprudência brasileira tem se mostrado cada vez mais atenta à necessidade de proteger os criadores e suas obras, responsabilizando tanto os infratores diretos quanto as plataformas que se omitem.

Para qualquer caso de violação, é fundamental buscar a orientação de um profissional do Direito especializado, que poderá analisar a situação específica, reunir as provas necessárias e conduzir o processo legal da forma mais eficaz.

Izabella Vasconcellos Santos Paz Após uma década de experiências no Direito Extrajudicial em Cartórios e Tabelionatos de Notas, decidi compartilhar meu conhecimento fora dos "balcões" e seguir a advocacia autônoma.

PL 5810/2025 mira atraso em patentes e destrava a inovação



O Congresso Nacional discute uma mudança no sistema de patentes que pode alterar de forma estrutural o ambiente de inovação no país. Em análise, o PL da Inovação - 5810/2025 propõe um mecanismo para corrigir distorções causadas pela demora do Estado na concessão desses direitos e reforçar a previsibilidade jurídica para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

A proposta busca alinhar o Brasil a práticas já adotadas por economias líderes em inovação e reduzir incertezas que afetam decisões de longo prazo em diferentes setores produtivos. Na prática, o texto não amplia direitos nem cria privilégios: estabelece critérios técnicos para lidar com os efeitos da mora administrativa do Estado.

Essa agenda ganha ainda mais relevância diante de declarações recentes do próprio governo federal, que tem se manifestado publicamente contrário a projetos de quebra compulsória de **patentes** - reconhecendo, corretamente, que medidas dessa natureza afetam a confiança do investidor e o ambiente de negócios. Há, portanto, uma evidente incoerência: ao mesmo tempo em que o governo critica propostas que fragilizam a **propriedade intelectual**, sob o argumento distorcido de "prorrogação de **patente**", sua base no Congresso resiste a avançar um projeto que corrige o atraso estatal e fortalece a segurança jurídica, sem ampliar prazos nem criar exceções setoriais.

Um gargalo que atravessa toda a economia

Atualmente, o Brasil leva, em média, entre cinco e sete anos para analisar um pedido de **patente**,

segundo dados do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Esse intervalo reduz o

tempo efetivo de proteção previsto em lei, amplia a insegurança jurídica e influencia diretamente decisões de investimento em inovação, pesquisa e desenvolvimento.

A demora na análise de **patentes** não afeta um setor isolado. Trata-se de um problema estrutural, com impacto transversal sobre toda a economia que depende de inovação para crescer. Indústrias agropecuária, química, biotecnológica, de engenharia avançada, tecnologia da informação e energia enfrentam o mesmo desafio: investir em projetos de longo prazo sem previsibilidade jurídica plena. Universidades, centros de pesquisa, startups e inventores independentes também são diretamente afetados ao tentar transformar conhecimento em produto, escala e competitividade.

Sem a concessão formal da patente, empresas adiam lançamentos, revisam planos de expansão e reduzem a exposição ao risco. O efeito é sistêmico: menos inovação, menor geração de empregos qualificados e perda de competitividade internacional.

Como o Brasil se compara a outros países

A lentidão brasileira contrasta com o padrão adotado por economias líderes em inovação. Escritórios de **propriedade intelectual** de países desenvolvidos costumam concluir esse processo em prazos significativamente menores.

Nos Estados Unidos, o tempo médio de exame gira em torno de dois a três anos. No Japão e em países europeus, o intervalo é semelhante. Para lidar com eventuais atrasos, esses sistemas adotam mecanismos de ajuste que preservam o tempo efetivo de proteção após a concessão. A diferença de prazos ajuda a explicar por que o atraso brasileiro pesa sobre decisões de investimento e reduz a competitividade do país em cadeias globais intensivas em tecnologia.

O que o PL 5810/2025 muda para o setor produtivo

Ao enfrentar esse gargalo, o PL 5810/2025 atua diretamente sobre o ambiente de negócios. A proposta reduz incertezas regulatórias e cria condições mais estáveis para decisões de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Na prática, o projeto:

Estabelece um mecanismo de compensação para o inventor em casos de atraso do Estado;

Reduz o risco regulatório associado a investimentos intensivos em inovação;

Fortalece a segurança jurídica para empresas, universidades e centros de pesquisa;

Estimula a atração de capital produtivo, ao alinhar o Brasil a padrões internacionais;

Preserva a competitividade da indústria nacional, evitando que a demora do Estado corroa o tempo efetivo de proteção;

Beneficia cadeias produtivas inteiras, independentemente do porte ou do setor.

O impacto não se restringe a grandes grupos econômicos. Pequenas e médias empresas, startups e pesquisadores também dependem de previsibilidade para inovar e escalar soluções.

Por que o projeto não cria privilégios

Uma das principais críticas ao debate é a percepção de que o PL 5810/2025 beneficiaria apenas determinados setores. O texto do projeto afasta esse argumento ao estabelecer critérios objetivos e gerais, aplicáveis a qualquer titular de patente impactado por atraso injustificado da administração pública.

O mecanismo proposto não prevê prorrogação automática nem amplia direitos além do previsto na legislação. O foco é corrigir uma distorção causada pela própria ineficiência estatal. O princípio é simples: o custo do atraso do Estado não pode ser transferido a quem assume o risco de inovar.

Nesse sentido, causa estranheza que, ao mesmo tempo em que o governo manifesta preocupação com a imagem do Brasil em casos de **quebra de patentes**, não haja o mesmo empenho em destravar uma medida que reforça a credibilidade do país perante investidores e parceiros internacionais.

A urgência do debate

A inovação opera em ciclos globais e competitivos. Projetos de pesquisa, cadeias industriais e decisões de investimento seguem prazos que não acompa-

nam a lentidão estrutural do sistema brasileiro de **patentes**. Enquanto outras economias avançam

com marcos regulatórios previsíveis, o Brasil ainda convive com atrasos que reduzem sua atratividade como destino de investimentos em tecnologia e conhecimento.

Para o Movimento Brasil pela Inovação, corrigir essa distorção é central para ampliar a previsibilidade regulatória e sustentar investimentos de longo prazo em pesquisa e desenvolvimento no país. Defender o PL da Inovação - 5810/2025 é coerente com o próprio discurso do governo contra a **quebra de patentes**: trata-se de fortalecer a **propriedade intelectual**, dar segurança a quem investe e, ao fim, ampliar a capacidade do Brasil de gerar e incorporar novas tecnologias.

Defender o PL da Inovação 5810/2025 é defender competitividade, crescimento econômico e geração de valor. Não se trata de criar novos direitos, mas de garantir que os direitos existentes funcionem na prática.

BOX - PL 5810/2025 em análise no Congresso

O que é

Projeto de lei que propõe um mecanismo técnico para corrigir os efeitos da demora do Estado na análise de pedidos de patente.

Qual problema enfrenta

A análise de patentes no Brasil leva, em média, de cinco a sete anos, reduzindo o tempo efetivo de exclusividade após a concessão do direito.

O que o projeto propõe

Permitir o ajuste do prazo de vigência da patente quando houver atraso injustificado da administração pública, com critérios objetivos e proporcionais.

O que o projeto NÃO prevê

Criar prorrogação automática

Ampliar direitos além do previsto em lei

Beneficiar um setor específico

Conceder privilégios permanentes

Quem é impactado

Empresas de todos os setores produtivos, startups, universidades, centros de pesquisa e inventores independentes.

Quebra de patentes das canetas emagrecedoras provoca polêmica



Para baratear, parlamentares querem liberar a produção dos medicamentos em versão genérica; o governo é contra

A possível **quebra de patente** dos medicamentos Mounjaro e Zepbound, utilizados no tratamento do diabetes tipo 2 e da obesidade, tornou-se o centro de debate no cenário político e econômico brasileiro. A Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, o pedido de urgência para votação do Projeto de Lei nº 68/2026, que visa declarar esses remédios como de interesse público, permitindo o licenciamento compulsório para a produção de versões genéricas a preços reduzidos. Para virar lei, o texto ainda precisa do aval da Câmara, do Senado e da sanção presidencial.

De autoria dos deputados federais Antonio Brito (PSD-BA) e Mário Heringer (PDT-MG), a proposta argumenta que o custo atual dos medicamentos é proibitivo para a maioria da população e até mesmo para o Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Heringer, os valores praticados no mercado ultrapassam o salário-mínimo nacional, dificultando o tratamento em um país onde mais da metade da população adulta necessita de assistência para a obesidade. Com a aprovação da urgência, o texto pode ser votado diretamente no plenário da Câmara, sem passar pelas comissões temáticas.

Heringer deverá solicitar a inclusão da matéria na pauta durante a próxima reunião do colégio de líderes da Casa. Ele quer que a votação ocorra logo depois do carnaval.

O projeto considera de interesse público os dois medicamentos utilizados no tratamento da obesidade, de doenças crônicas associadas ao sobrepeso e do diabetes mellitus tipo 2. A declaração é requisito legal para que o governo possa autorizar a **quebra de patente**.

Heringer argumenta que o alto custo dos medicamentos limita o acesso da população. Atualmente, uma caneta de Mounjaro pode custar entre R\$ 1.400 e R\$ 3 mil, a depender da dosagem. Para o parlamentar, ampliar o acesso à tirzepatida pode ajudar a prevenir complicações graves de saúde e reduzir gastos do poder público com o tratamento de doenças associadas à obesidade.

O alerta da Anvisa para o uso de canetas emagrecedoras

O projeto altera a Lei 9.279/96, que trata da **propriedade industrial**, para permitir a **quebra de patente** em casos de emergência nacional ou interesse público. Nesses casos, o governo pode autorizar a produção do medicamento por outra empresa, mediante pagamento ao detentor da **patente**. A legislação estabelece que essa compensação corresponde a 1,5% do preço do produto.

Médico, o autor da proposta sustenta que a medida pode representar economia aos cofres públicos. Segundo ele, o custo da compensação ao laboratório seria inferior às despesas com o tratamento de complicações decorrentes da obesidade. "Isso é vantagem para o Brasil, é vantagem para quem mais precisa. A tirzepatida não vai ficar restrita ao núcleo de pessoas mais favorecidas, que podem comprar esse medicamento. Hoje é um medicamento de elite. E nós precisamos fazer saúde pública", defendeu.

O texto ainda exclui da possibilidade de **quebra de patente** medicamentos à base de liraglutida, como o Saxenda, cujo prazo de proteção já expirou, e os produtos formulados com semaglutida, como o Ozempic, cujas patentes vencem neste ano.

A urgência da matéria foi aprovada pela maioria do Plenário, mas gerou reação contrária.

Críticas ao projeto

O Governo Federal manifestou-se de forma contrária à proposta. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que a **quebra de patentes** gera insegurança jurídica e afasta investimentos em inovação e centros de pesquisa no Brasil.

"A nossa posição é contrária. Nós precisamos de inovação, de previsibilidade e de investimentos. Quando você quebra a patente, você cria insegurança jurídica e afasta investimento", disse Alckmin, em entrevista coletiva.

"Você tem um produto, imagina, com prazo de 20 anos e aí, acabou. Ele cai a patente", completou.

Por outro lado, Alckmin, que também é médico, posicionou-se, contra a prorrogação dos prazos de patentes, defendendo que as regras atuais sejam respeitadas até o vencimento para garantir a previsibilidade do setor. "Nem **quebrar patente**, nem prorrogar prazo além do previsto. Prorrogar encarece o produto para o consumidor e afeta setores como saúde e agro. Precisamos de regras estáveis."

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, reforçou que a pasta segue as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que no momento não recomenda o licenciamento compulsório para esses fármacos. Padilha destacou que o Brasil já utilizou esse recurso no passado, como em casos de medicamentos para HIV, mas apenas sob recomendação internacional. Assim como Alckmin, o ministro da Saúde também rejeita qualquer tentativa de estender o prazo de patentes além do previsto em lei.

Proteínas brasileiras revelam novos caminhos para câncer e regeneração

"Quando o Ministério da Saúde trata desse tema, não trata de um medicamento só. A postura é técnica e segue a diretriz da OMS. O debate que o Congresso está fazendo é sobre dois medicamentos. Foi aprovada só a urgência, não quer dizer que vão discutir já o mérito. Não é garantia que vai se debater o mérito por agora", frisou Padilha.

Por meio de nota, a Eli Lilly, detentora dos direitos do Mounjaro, criticou duramente o projeto de lei e afirmou não ter sido incluída nas discussões. Em nota, a farmacêutica argumentou que o licenciamento compulsório deve ser uma medida excepcional e tecnicamente justificada. A empresa ressaltou que tal medida compromete a construção de políti-

cas públicas sólidas e sustentáveis.

"Não é assim que se constrói uma política pública sólida e sustentável. O próprio arcabouço legal brasileiro exige que o licenciamento compulsório seja excepcional, tecnicamente justificado e iniciado pelo Poder Executivo. O Ministério da Saúde não emitiu qualquer determinação que apoie essa ação, e a Lilly, como titular da patente, nunca foi envolvida no processo", escreveu a empresa.

Risco à saúde

Enquanto a disputa jurídica avança, a Anvisa emitiu alertas sobre o uso indevido dessas "canetas emagrecedoras". Na avaliação da agência, o grupo de medicamentos, que inclui a tirzepatida (princípio ativo do Mounjaro), exige monitoramento médico rigoroso devido ao risco de eventos adversos graves, como a pancreatite aguda, que pode ser fatal em casos necrotizantes. O Reino Unido já havia feito o alerta, reforçando a necessidade de segurança no uso dessas terapias.

A Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM) afirmou que o projeto "é vergonhoso" e que ameaça a inovação e a liberdade de investir no Brasil. No documento, a frente afirma que a proposta fragiliza a proteção à **propriedade intelectual**, direito assegurado pelos arts. 5º, XXII e XXIX, da Constituição Federal, e compromete o ambiente de inovação ao sinalizar insegurança jurídica para investimentos em pesquisa e desenvolvimento farmacêutico, pois o mecanismo de **patentes** é essencial para viabilizar o alto risco e os custos bilionários envolvidos na criação de novos medicamentos.

A deputada Adriana Ventura (Novo), membro da FPLM, chamou atenção para o impacto da medida, caso aprovada. "Vai trazer uma insegurança jurídica enorme para qualquer indústria no nosso país. É vergonhoso a gente **quebrar patente** sem os devidos estudos, impacto, dados, o que a gente tá trazendo aqui é de uma maneira açodada sem debate, quebrar uma patente que pode ter, pode ser boa a discussão", disse ela.

"A **patente** tem um papel fundamental: assegurar investimento, garantir que aqueles que investem em inovação, em tecnologia, tenham exclusividade, no mundo inteiro é assim", finalizou.

A FPLM ainda alerta que a **quebra de patente** deve ser medida extrema. Transformar isso em política pública afasta investimentos, espanta centros

de pesquisa e empurra o Brasil para o atraso e a dependência tecnológica e que seguirá atuando com firmeza para defender a segurança jurídica, a inovação e a liberdade de empreender, pesquisar e desenvolver novas tecnologias no país.

Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Tom Cruise surge em vídeos de IA, que provocam debates novos sobre direitos autorais



Gerador da ByteDance, do TikTok, simula astros de Hollywood

Associação de estúdios como Warner e Sony denuncia sistema

Vídeos gerados pela IA Seedance 2.0, novo sistema usado pela ByteDance, dona do TikTok, e que simulam narrativas realistas com astros como Tom Cruise e Brad Pitt, deram início a novos debates sobre o uso de inteligência artificial e os seus impactos sobre a indústria criativa.

Na onda das críticas que os conteúdos receberam, a Motion Picture Association (MPA), representante de estúdios como a Disney, a Warner Bros. e a Sony, e mesmo de streamings como a Netflix e o Prime Vi-

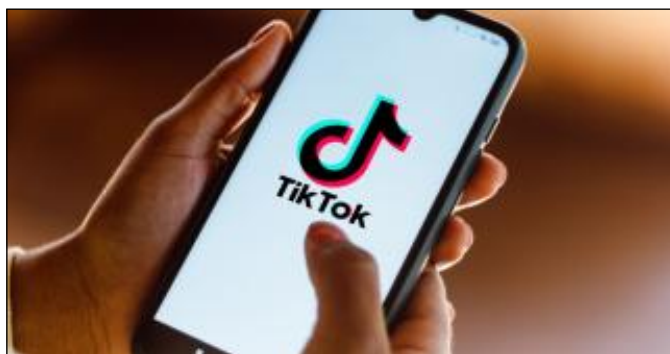
deo, denunciou o gerador de vídeos e alegou que o sistema fez uso não autorizado de obras protegidas por **direitos autorais**.

Segundo a entidade, a ausência de mecanismos eficazes de proteção teria facilitado a reprodução de conteúdos protegidos nos Estados Unidos. A ByteDance, por sua vez, dona do TikTok e desenvolvedora do gerador de vídeos, elogia o novo sistema e diz que o novo modelo representa um avanço significativo na qualidade de produção desses conteúdos, que viralizaram rapidamente pelas redes.

O posicionamento da MPA ocorreu após um episódio semelhante que envolveu a empresa OpenAI, que, após críticas iniciais, adotou medidas de segurança e firmou acordos de licenciamento com estúdios. Esse modelo passou a ser citado como referência para lidar com conteúdos gerados por inteligência artificial no setor audiovisual.

Além das reações institucionais, cineastas e roteiristas também se manifestaram sobre o impacto da tecnologia. O roteirista Rhett Reese e o cineasta Ruairi Robinson comentaram publicamente a facilidade de criação dos vídeos, enquanto novas produções geradas pelo Seedance continuam circulando com referências a filmes e séries conhecidas.

Hollywood acusa empresa do TikTok de uso não autorizado de obras protegidas



Motion Picture Association se manifesta publicamente sobre violação e expõe nova crise global entre estúdios e big techs

A disputa entre a indústria do entretenimento e as empresas de inteligência artificial atingiu um novo patamar. A Motion Picture Association acusou a chinesa ByteDance, proprietária do TikTok, de promover o "uso não autorizado de obras protegidas por **direitos autorais** em larga escala" com seu novo gerador de vídeos Seedance 2.0, em um comunicado público. A reação foi desencadeada pela viralização de um vídeo hiper-realista criado por inteligência artificial que mostra uma luta entre Tom Cruise e Brad Pitt na cobertura de um prédio uma cena fictícia, mas visualmente indistinguível de uma produção cinematográfica real.

O episódio é considerado o mais grave até agora porque evidencia, de forma concreta e pública, a capacidade dessas ferramentas de reproduzir a imagem e o estilo de atores e produções sem autorização, levantando suspeitas de que conteúdos protegidos estejam sendo utilizados no treinamento dos modelos. Em comunicado, divulgado na sexta-feira, o presidente da entidade, Charles H. Rivkin, afirmou em um tom duro que o lançamento do sistema ocorreu "sem garantias substanciais contra **falsificação**", acusando a empresa de desprezar os mecanismos legais que sustentam milhões de empregos na indústria audiovisual.

A Motion Picture Association representa alguns dos maiores estúdios do mundo, incluindo Disney, Universal Pictures, Warner Bros. e Netflix, que vêm intensificando a pressão contra empresas de tecnolo-

gia que desenvolvem sistemas capazes de gerar

imagens, vídeos e roteiros com base em grandes volumes de dados coletados na **internet**. Para os estúdios, essas ferramentas podem reproduzir estilos visuais, personagens e até a aparência de atores sem licenciamento, criando uma ameaça direta ao modelo econômico do setor. A manifestação, no entanto, ainda não se transformou em processo na Justiça.

O Seedance 2.0 foi lançado inicialmente em versão de testes limitada na China, mas os vídeos produzidos rapidamente ultrapassaram as fronteiras e inundaram redes sociais globais, demonstrando o potencial de disseminação dessas tecnologias. O realismo das imagens incluindo expressões faciais, iluminação e movimentos corporais complexos elevou o nível de preocupação entre executivos, que veem o avanço como um ponto de inflexão na disputa entre criadores e desenvolvedores de IA.

O caso reforça uma tendência mais ampla de conflito entre a indústria criativa e as empresas de tecnologia, em meio à rápida evolução de sistemas capazes de produzir conteúdo audiovisual completo a partir de comandos simples. Estúdios e associações argumentam que, sem regras claras, essas ferramentas podem enfraquecer **direitos autorais** e reduzir a demanda por produções tradicionais, enquanto empresas de tecnologia defendem que os modelos são uma nova forma de criação, baseada em padrões estatísticos e não em **cópias** diretas.

Mais do que um incidente isolado, a reação de Hollywood sinaliza o início de uma nova fase de disputas legais e regulatórias que podem redefinir os limites do uso de inteligência artificial na criação audiovisual. O caso envolvendo a ByteDance tornou-se emblemático porque demonstra, pela primeira vez em escala massiva, como a IA pode replicar com precisão elementos centrais da indústria do entretenimento colocando em xeque os mecanismos tradicionais de proteção autoral e inaugurando um confronto direto entre duas das forças mais poderosas da economia digital.

(Com AFP)

Câmara criará comissão para investigar cadeia bilionária da pirataria



Colegiado deve ser instalado após o Carnaval para apurar contrabando, falsificação e sonegação. Segundo a CNI, pirataria e ilegalidades retiram quase R\$ 500 bilhões por ano da economia formal.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deu sinal verde para a criação de uma comissão externa destinada a investigar a pirataria, o contrabando e a sonegação fiscal no Brasil. A expectativa do autor do pedido, deputado Julio Lopes (PP-RJ), é que o colegiado seja instalado após a semana do Carnaval.

O requerimento apresentado por Lopes propõe a formação de uma comissão temporária externa, sem ônus para a Câmara, com nove membros titulares e igual número de suplentes. O objetivo é discutir medidas de enfrentamento aos crimes que impactam a indústria nacional, a arrecadação tributária, a geração de empregos formais e a proteção do consumidor.

Em Salvador, ambulantes comercializam óculos de grau, de sol e armações sem procedência e sem certificação, o que pode representar riscos à saúde ocular dos consumidores. Romildo de Jesus/Thenews2/Folhapress

Impacto bilionário na economia

A iniciativa se apoia em levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), segundo o qual a pirataria, o contrabando e a sonegação fiscal retiram da economia formal cerca de R\$ 453 bilhões a R\$ 500 bilhões por ano. O valor inclui

perdas tributárias e impactos indiretos na cadeia produtiva.

Julio Lopes afirma que o problema não se limita a produtos de menor valor agregado. "Não é só uma camiseta de futebol ou um tênis. Estamos falando de redes organizadas que envolvem falsificação de medicamentos, bebidas, combustíveis, mineração e outros setores estratégicos da economia", disse.

O deputado cita dados da indústria de pneus que indicam que quase 50% do mercado pode estar abastecido por produtos contrabandeados ou pirateados. Também menciona o setor de combustíveis, que, segundo ele, acumularia prejuízos superiores a R\$ 60 bilhões anuais por fraudes e sonegação.

No caso do mercado de bebidas, especialmente no Rio de Janeiro, Lopes afirma que há identificação de cerca de 20 fábricas clandestinas de cerveja operando de forma recorrente. Ele também alerta para a circulação de medicamentos falsificados, que, além do impacto econômico, representam risco direto à saúde pública.

CPI da Pirataria

O parlamentar, que deve presidir o colegiado, sustenta que o combate à pirataria perdeu espaço na agenda institucional.

"Falta, sem dúvida nenhuma, uma reação maior dos três poderes. Esse é um grande tema nacional. Não há como combater um crime que tira quase R\$ 500 bilhões da economia e não ter estrutura, inteligência e agentes dedicados a isso", afirmou.

Lopes relembra sua atuação na CPI da Pirataria, no início dos anos 2000, quando foi vice-presidente do colegiado. Segundo ele, naquele período houve maior envolvimento do Executivo e do Ministério da Justiça, além de articulação internacional.

A CPI à qual o deputado se refere funcionou na Câmara entre 2003 e 2004 e investigou a pirataria de produtos industrializados e a sonegação fiscal, revelou a existência de redes organizadas que operavam contrabando, falsificação e evasão tributária em diversos setores da economia, como bebidas, ci-

garros, software, medicamentos e componentes automotivos, e denunciou mais de 100 pessoas envolvidas em tais esquemas, pedindo indiciamentos e recomendações de investigação.

Conselho de combate

O relatório da CPI recomendou a criação de um órgão público para coordenar políticas públicas de combate à pirataria, o que levou à formação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a **Propriedade Intelectual** (CNCP), integrando governo e iniciativa privada na formulação de um Plano Nacional de Combate à Pirataria e na articulação de ações repressivas e educativas coordenadas entre Receita Federal, Polícia Federal e outros órgãos.

"Naquela época o governo Lula se envolveu diretamente. Criamos delegacias especializadas e o Conselho Nacional de Combate à Pirataria. Hoje essas estruturas estão depauperadas. O conselho já teve mais de 20 colaboradores; hoje tem uma secretária", disse.

Julio Lopes é presidente de duas frentes parlamentares mistas que têm interesse direto no assunto: a de Defesa da **Propriedade Intelectual** e Combate à Pirataria e a do Brasil Competitivo.

Agenda legislativa e articulação nacional

A comissão externa deverá realizar audiências públicas, visitas técnicas e reuniões com federações industriais, assembleias legislativas e órgãos de segurança. A ideia é mapear gargalos na fiscalização, propor ajustes legislativos e fortalecer a integração entre União e Estados.

Segundo Lopes, a comissão não terá custos para a Câmara, pois a articulação contará com apoio institucional de entidades da indústria. "É preciso que o Brasil faça uma opção clara pela legalidade. A comissão vai dar visibilidade política ao tema, acelerar propostas legislativas e coordenar ações com as assembleias e lideranças locais", afirmou.

A instalação do colegiado depende agora da formalização pela Presidência da Câmara. Se confirmada ainda neste mês, os trabalhos devem começar em março, com foco inicial nos setores considerados mais críticos: combustíveis, bebidas, cigarros, pneus e mineração.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	13,14
Marco regulatório INPI	7,8,9
Patentes	7,8,9,10,11,12
Propriedade Industrial	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12
Propriedade Intelectual	3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,15,16